

LUIΣ PAULO ROSENBERG  
ESTADO DE SÃO PAULO  
*Sucesso ou fracasso?* 20 MAR 1996

É difícil identificar algum avanço na direção do enraizamento do Plano Real, durante os últimos meses. Vejamos.

O clima de contestação ao presidente Fernando Henrique e suas reformas, que paira no Parlamento, é tão sólido, que dá para cortar com faca. A criação intempestiva da CPI dos bancos, a trituração sofrida pela reforma da Previdência, a rejeição da contribuição dos aposentados públicos e a nulidade da convocação extraordinária do Congresso. Acúmulo de erros de relacionamento, desde o final de 1995; amadorismo das lideranças governamentais ou desgaste presidencial pelo lançamento prematuro da campanha pró-reeleição, a causa do impasse pouco importa; o importante é que sem reversão do clima atual Executivo-Legislativo, a vaca vai para o brejo.

Os dados da execução fiscal são desalentadores. Confirmam que continua a tendência de crescimento do déficit público, mesmo depois do operacional recorde de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1995. E, se há um teorema provado e comprovado, é o de que déficit público em expansão, na presença de plano de estabilização, termina em óbito: do plano ou do setor privado.

De positivo, a hábil alteração da banca cambial e a imposição de restrições adicionais ao influxo financeiro internacional, que vinha se espojar nas taxas de juro psicodélicas, praticadas, ainda, pelo Banco Central. Méritos, só no que o governo não fez: não alterou a política de desvalorizações cambiais rastejantes, não interferiu na trajetória de queda dos juros, não inibiu a entrada de capitais estrangeiros nas bolsas de valores,



**A única missão que FH recebeu do povo foi extinguir a inflação**

não reajustou o salário do funcionalismo público, não deixou o ministro Bresser comandar a negociação da reforma administrativa, não garantiu que vai reajustar o salário mínimo, não obstruiu a desmoralização da CLT pelos metalúrgicos paulistas.

Mesmo assim, o Plano Real nunca se apresentou melhor, por paradoxal que pareça.

A inflação de fevereiro caiu para baixo de 1% e por aí vai permanecer o ano todo, com raras exceções. E notem que não se trata de sofisticada projeção econometriza, inside information, nem dotes paranormais, que nos permitem fazer uma afirmação tão forte: é simples exercício de aritmética, pois qualquer um, familiarizado com o processo inflacionário, sabe que a subida de qualquer preço, no Brasil, é uma combinação linear de reajustes de preços públicos, desvalorização cambial, preços agrícolas e grau de indexação salarial. Todos esses fatores estarão bem comportados durante 96, o que permite prever uma inflação anual mais próxima de 10% do que de 15%.

Apesar do déficit público, que poderá não cair tanto quanto se desejaria ao longo do ano, as pressões inflacionárias decorrentes serão compensadas pela compressão do potencial de crescimento do setor privado. Realmente, estamos entrando o ano com o pé esquerdo, quebrando recordes de falências e concordatas, agravando o quadro de desemprego. Óbvio, com a combinação de déficit público crescente e juros estratosféricos, como poderia ser diferente? Os dados e o discurso oficial não combinam, levando o governo à contradição de negar que haja o problema de de-

semprego, ao mesmo tempo em que lança programas de combate ao ectoplasma, pelo País afora. Mas o esmagamento do setor privado é a garantia de que a falta de vontade política de cortar o gasto público, não jogará o Real no lixo. Por tudo isso, deve-se olhar com otimismo injustificado ou maquiavélico procrastinatório o fundamento das projeções oficiais de crescimento de 4% para o PIB em 96. Será algo entre 2% e 2,5%, já contando com muita arte e engenho.

Ninguém duvide da robustez das contas externas. Com toda a choradeira, as exportações comportam-se, gratificantemente, tendo os números de janeiro e fevereiro quebrado o recorde. Continuando nessa toada, chegaremos perto de US\$ 50 bilhões, no acumulado do ano. As importações despencaram e, recentemente, procuram acomodar-se, no ano, em algo próximo a US\$ 47 bilhões, assegurando-nos um saldo comercial positivo, entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões. De qualquer maneira, estariam pensando em um déficit em transações correntes inferior a US\$ 10 bilhões, algo que se financia com investimentos diretos das multinacionais, já aqui instaladas, e um pedaço do dinheiro externo, que vem jorrando sobre o mercado de ações, mesmo se não quisermos tocar nas reservas excessivas. Com esses números, defender, com lógica, a desvalorização cambial a curto prazo, quem há de?

Ou seja, olhando-se do lançamento do Plano Real até o final de 96, o quadro econômico é róseo, as críticas tendo que se limitar à infantilidade da condução da política cambial nos primeiros meses, à cautela mortífera na redução dos juros e à omissão de alguns, perante a deterioração do quadro fiscal. Ninguém pode alegar, contudo, que a pilotagem do Plano esteja levando-o ao descarrilamento, como provam os agregados aqui projetados.

Entretanto, quando enfoca-se, apenas, a postura política de viabilização do longo prazo do Real, o quadro é preocupante. O coração social-democrata não acata ao comando racional de cortar o setor público. O estilo de sempre negociar e ceder, compulsivamente, transforma propostas do Executivo de reformas (quando chegam a ser formuladas) em jeitinhos emasculados, durante a votação. Pior: há mais de 6 meses que nem ao menos um dos bandais, com que se tentam substituir às cirurgias, foi aprovado no Parlamento. Reforma estrutural, fiscal e redução do custo Brasil — o trinômio da irreversibilidade do Real — hibernam, enquanto o presidente viaja, no sentido literal e figurativo.

Qual a melhor aposta, sucesso ou fracasso a médio prazo?

Certamente, o sucesso do Plano. Final, a única missão que FH recebeu do povo, para se eleger presidente, foi extinguir a inflação. Sua popularidade segue intocada, exatamente, porque até agora o Plano conseguiu substituir a erosão salarial avassaladora do passado por um crescimento de 30% no consumo de alimentos. Inteligência e sensibilidade não faltam a FH, para entender a cadeia de raciocínio aqui apresentada, nem para avaliar a consequência catástrofica sobre seu sonho de reeleição, que teria um repique inflacionário. Por que, então, apostar contra quem capturou o momento exato de lançar o plano de estabilização, elegeu-se para viabilizá-lo, é paciente e intelectualmente preparado, além de veterano, no jogo insano que se disputa no Congresso? Só porque ele é vaidoso, o Congresso, um vazio anárquico, e o povo inconsciente do risco que corre, poupadão que tem sido da hiperinflação pedagógica?

■ *Luis Paulo Rosenberg é diretor da Linear Administração de Patrimônio e da Rosenberg Consultoria*